

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## **Empresas de energia continuam a recolher 3,65% de PIS e Cofins**

Valor Econômico - 23/03/2016

Adriana Aguiar | De São Paulo

A AES Tietê e a Itamaraty Norte Agropecuária, que também atua no setor elétrico, conseguiram importantes decisões na Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para manter o recolhimento de PIS e Cofins pelo regime cumulativo de 3,65%. Os julgados podem servir de precedente para fornecedoras de bens e serviços que mantêm contratos antigos, de longo prazo, com preços determinados.

Caso tivessem que migrar para o regime não cumulativo, as companhias teriam de pagar quase três vezes mais tributos, pois a alíquota é de 9,25%. Como são setores que dificilmente conseguem compensar créditos, as companhias não veem vantagem nessa migração. Além disso, com a decisão conseguiram anular autuações milionárias. No caso da Itamaraty são R\$ 21,2 milhões, em valores de 2009.

A discussão começou em 2003 com a instituição da sistemática de recolhimento do PIS e da Cofins - instituídas a partir das leis nº 10.637 e nº 10.833. Com as novas normas, ficou expresso que as empresas que tinham contratos anteriores, com preços determinados, seriam mantidas no regime cumulativo enquanto esses negócios estivessem vigentes.

A Receita Federal, porém, passou a entender que as empresas poderiam perder o benefício com uma simples alteração nos contratos - como a troca do índice de correção monetária. Com isso, autuou contribuintes que pagaram as contribuições pelo regime cumulativo.

Nos casos julgados recentemente, os conselheiros decidiram, porém, cancelar as autuações, por interpretarem que os contratos com preço determinado foram mantidos, ainda que os valores tenham sido atualizados pelo IGPM.

Em dezembro, a mesma Câmara Superior havia concedido decisão desfavorável à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica paulista (Cteep). A autuação aplicada em 2012 é de cerca de R\$ 240 milhões. A maioria dos conselheiros entendeu que o reajuste de preço pelo IGP-M descaracterizou a predeterminação do preço contratado. No Superior Tribunal de Justiça (STJ) as decisões em geral têm sido a favor das empresas pela manutenção do regime cumulativo.

No Carf, a AES Tietê e a Itamaraty Norte Agropecuária alegaram que somente a adoção de índice que represente reajuste acima ao dos custos de produção desencadearia novos contratos.

Em sua defesa, as companhias citaram o artigo nº 109 da Lei nº 11.196, de 2005. O dispositivo diz que o reajuste de preços em função do custo de produção ou da variação de índice que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados não será considerado para fins da descaracterização do preço predeterminado.

De acordo com os advogados que defenderam a Itamaraty Norte Agropecuária, Márcio Menezes e Bruno Menezes, do Menezes e Pessoa Advogados, algumas companhias tiveram decisões desfavoráveis no Carf porque discutiram somente se seria possível aplicar o IGPM. Eles lembram que a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Nota Técnica nº 224, de 2006, estabeleceu que o setor deveria

adotar o IGPM. "No nosso caso, demonstramos com laudo, que, a despeito do IGPM, a variação de preços da companhia ficou abaixo da dos custos", diz Márcio Menezes.

Ao analisar o caso da Itamaraty, a maioria dos conselheiros entendeu que, por meio do laudo, foi possível avaliar que não houve alteração contratual. No caso da AES Tietê também cancelaram o auto de infração.

Para o advogado Francisco Giardina, do Bichara Advogados, são dois posicionamentos relevantes e que podem levar a uma alteração na orientação da Câmara Superior de Recursos Fiscais. "É uma evolução da Câmara Superior do **Carf** e um bom indicativo para outros casos julgados", afirma.

O sócio da área tributária do Machado Meyer Advogados Marco Antônio Behrndt, diz, contudo, que apesar de as decisões serem favoráveis aos contribuintes, a discussão não foi aprofundada. Para ele, os conselheiros se limitaram ao artigo nº 109 da Lei nº 11.196, de 2005, que não define o que é preço determinado, e decidiram que a questão seria resolvida com a apresentação de laudo.

"Existem várias decisões no STJ que são mais abrangentes e que deixam claro que o IGPM é só um índice de correção. Além disso, as empresas não poderiam descumprir que a Aneel determinou", diz Behrndt.

A advogada Thaís Meira, do BMA Advogados, ressalta que essa discussão ainda pode interferir, de forma favorável aos contribuintes, em casos sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nesses contratos de preço determinado firmados com o poder público.

Procuradas pelo Valor, a AES Tietê e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) preferiram não se manifestar.

O Globo

## **Incertezas para 2016 levantam preocupação com caixa**

O Globo - 23/03/2016

### *Estatual disse que pretende chegar ao fim do ano com saldo de US\$ 21 bilhões*

A Petrobras anunciou ontem em teleconferência com analistas após a divulgação dos resultados de 2015 que pretende chegar ao fim do ano com US\$ 21 bilhões em caixa. Segundo economistas, porém, pairam muitas condicionantes sobre a estatal até o fim do ano e ainda é cedo para saber se ela conseguirá cumprir a meta. No início do ano, a empresa tinha em caixa US\$ 26 bilhões.

Apesar de ter feito uma baixa contábil bilionária, de R\$ 49,8 bilhões (dos quais R\$ 47,67 bilhões se referem a reavaliações de ativos e o restante a investimentos), analistas avaliam que novos ajustes deverão ser feitos nos próximos trimestres. Assim, será mais difícil para a estatal atingir a meta de vender US\$ 14,4 bilhões em ativos neste ano e ainda reduzir seu atual nível de endividamento. Uma das dificuldades é conseguir atingir a receita prevista com a venda de ativos neste ano.

Outras questões imponderáveis são citadas no relatório do próprio balanço de 2015 da companhia. A estatal diz que o saldo de US\$ 21 bilhões não considera eventuais gastos com a ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos, com o contencioso trabalhista — a estatal já tem provisionado R\$ 3,3 bilhões —, além do risco da entrada em vigor de novas leis no Estado do Rio de Janeiro, que aumentam a carga tributária na exploração do petróleo.

Álvaro Bandeira, economista-chefe do Home Broker Modalmis, espera novas baixas nos ativos da estatal nos próximos trimestres. O analista lembra que, além de vários

passivos trabalhistas, existem processos da Petrobras com o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), considerando que só um dos processos soma R\$ 7 bilhões.

— A Petrobras tem muita coisa a limpar em seu balanço, mas o mais importante é reduzir sua dívida, vender ativos, participações nas empresas onde é minoritária e focar em projetos de maior retorno. Tem que diminuir de tamanho — disse Bandeira.

Ontem, Ivan Monteiro, diretor Financeiro da companhia, disse que o julgamento da ação coletiva nos EUA deve começar em setembro. Em suas demonstrações financeiras, a Petrobras mostra preocupação com o assunto. "Caso a decisão do litígio seja contrária ou se houver um acordo, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderão ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados ou seu fluxo de caixa consolidados em um determinado período".

— Apesar de ter tido bom resultado operacional em 2015, o volume de baixas contábeis veio elevado em razão do aumento das taxas de desconto, reflexo do aumento do risco no Brasil. Para 2016, a Petrobras vai ter dificuldade em chegar a fim do ano com um caixa de US\$ 21 bilhões até porque ainda não está considerando o contencioso trabalhista — disse Luciana Nazar, sócia da GO Associados.

Para o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores, o maior problema é conseguir reduzir sua elevada alavancagem. Mas ele avaliou como positivos os resultados operacionais com aumento da produção de petróleo. — Acho difícil acontecer, mas só uma capitalização aceleraria o processo de recuperação da companhia, porque tem uma dívida muito elevada, da qual cerca de 80% são em dólar — disse Biscuola.

Jornal da Câmara - DF

## **Ministros podem ter favorecido empresas no Carf**

23/03/2016

### ***Procurador da República responsável por Operação Zelotes diz em CPI que suspeitas atingem ex-integrantes do governo***

O procurador da República Frederico Paiva, responsável, no Ministério Público, pelas investigações da Operação Zelotes, disse ontem, em depoimento, à CPI do Carf, que há suspeitas de envolvimento de integrantes e ex-integrantes do governo no esquema de favorecimento a empresas nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na aprovação de medidas provisórias que deram benefícios fiscais a setores da economia, como o automobilístico.

Paiva disse, porém, que as suspeitas ainda não foram comprovadas. Ele citou na lista de suspeitos o ex-secretário-geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, os ex-ministros da Casa Civil Antonio Palocci e Erenice Guerra, o ex-ministro das Minas e Energia Silas Rondeau, bem como o filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva.

A Operação Zelotes, deflagrada pela Polícia Federal, investiga a existência de um esquema de corrupção no Carf, órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita, e também no Congresso, com base em indícios de que teria havido pagamento de propina na aprovação de medidas provisórias que beneficiaram setores da economia com isenções fiscais.

As suspeitas recaem sobre a aprovação de três MPs (471/09, 512/10 e 627/13).

Início - Ao responder pergunta do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), Frederico Paiva disse que o esquema de corrupção no Carf é anterior ao governo do PT. Ele disse que as irregularidades começaram a ser investigadas no início dos anos 90, com a Operação Anfíbio, da PF.

O procurador criticou o modo como o Carf atuava até o ano passado, quando foi deflagrada a Operação Zelotes, e a legislação, que dificulta o combate à sonegação fiscal.

Para ele, a única maneira de evitar tráfico de influência e corrupção nas decisões do órgão seria acabar com a paridade na composição dos conselhos responsáveis por julgar reclamações de empresas que devem à Receita Federal.

Pagamentos - Ao ser questionado pelo líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), Paiva disse que ainda não há justificativas para os pagamentos recebidos pela empresa do filho de Lula. "Não conseguimos identificar quais serviços foram efetivamente prestados por Luís Claudio e que justificaram os pagamentos", disse.

O escritório de advocacia Marcondes e Mautoni é apontado como intermediário do pagamento de propina das empresas beneficiadas para conselheiros do Carf e agentes políticos pela Polícia Federal e Ministério Público.

Ao responder pergunta do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), o procurador disse que há provas de várias reuniões entre Mautoni e Gilberto Carvalho. Já Erenice Guerra, segundo ele, era frequentadora de uma casa em Brasília que seria usada como escritório do lobby no Carf.

Gazeta do Povo On Line

## **Petrobras enfrenta "sangria" em seu caixa**

23/03/2016

### ***Estatal disse que pretende chegar ao fim do ano com saldo de US\$ 21 bilhões, mas analistas duvidam***

A Petrobras anunciou ontem em teleconferência com analistas após a divulgação dos resultados de 2015 que pretende chegar ao fim do ano com US\$ 21 bilhões em caixa. Segundo economistas, porém, pairam muitas condicionantes sobre a estatal até o fim do ano e ainda é cedo para saber se ela conseguirá cumprir a meta. No início do ano, a empresa tinha em caixa US\$ 26 bilhões.

Apesar de ter feito uma baixa contábil bilionária, de R\$ 49,8 bilhões (dos quais R\$ 47,67 bilhões se referem a reavaliações de ativos e o restante a investimentos), analistas avaliam que novos ajustes deverão ser feitos nos próximos trimestres. Assim, será mais difícil para a estatal atingir a meta de vender US\$ 14,4 bilhões em ativos neste ano e ainda reduzir seu atual nível de endividamento.

Uma das dificuldades é conseguir atingir a receita prevista com a venda de ativos neste ano. Outras questões imponderáveis são citadas no relatório do próprio balanço de 2015 da companhia. A estatal diz que o saldo de US\$ 21 bilhões não considera eventuais gastos com a ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos, com o contencioso trabalhista - a estatal já tem provisionado R\$ 3,3 bilhões -, além do risco da entrada em vigor de novas leis no estado do Rio de Janeiro, que aumentam a carga tributária na exploração do petróleo.

Álvaro Bandeira, economista-chefe do Home Broker Modalmais, espera novas baixas nos ativos da estatal nos próximos trimestres. O analista lembra que, além de vários passivos trabalhistas, existem processos da Petrobras com o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), considerando que só um dos processos soma R\$ 7 bilhões.

"A Petrobras tem muita coisa a limpar em seu balanço, mas o mais importante é reduzir sua dívida, vender ativos, participações nas empresas

onde é minoritária e focar em projetos de maior retorno. Tem que diminuir de tamanho", disse Bandeira.

Ontem, Ivan Monteiro, diretor Financeiro da companhia, disse que o julgamento da ação coletiva nos EUA deve começar em setembro. Em suas demonstrações financeiras, a Petrobras mostra preocupação com o assunto. "Caso a decisão do litígio seja contrária ou se houver um acordo, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderão ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados ou seu fluxo de caixa consolidados em um determinado período".

"Apesar de ter tido bom resultado operacional em 2015, o volume de baixas contábeis veio elevado em razão do aumento das taxas de desconto, reflexo do aumento do risco no Brasil. Para 2016, a Petrobras vai ter dificuldade em chegar a fim do ano com um caixa de US\$ 21 bilhões até porque ainda não está considerando o contencioso trabalhista", disse Luciana Nazar, sócia da GO Associados.

Para o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores, o maior problema é conseguir reduzir sua elevada alavancagem. Mas ele avaliou como positivos os resultados operacionais com aumento da produção de petróleo.

"Acho difícil acontecer, mas só uma capitalização aceleraria o processo de recuperação da companhia, porque tem uma dívida muito elevada, da qual cerca de 80% são em dólar", disse Biscuola

Fato On Line

## **Zelotes pede compartilhamento de delação de Delcídio**

23/03/2016

### ***A Procuradoria do Distrito Federal pediu o compartilhamento da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) para ser usada nas investigações da Operação Zelotes.***

A Procuradoria do Distrito Federal pediu o compartilhamento da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) para ser usada nas investigações da Operação Zelotes.

A informação foi revelada pelo procurador Frederico Paiva durante audiência nesta terça-feira (22) na CPI do Carf na Câmara.

Em sua colaboração, Delcídio deu um depoimento específico sobre a CPI do Carf realizada no ano passado no Senado e apontou um pedido do ex-presidente Lula para impedir a convocação do lobista Mauro Marcondes, investigado na Zelotes. Delcídio também falou sobre a atuação de Marcondes.

A operação tem duas frentes de apuração: uma, a corrupção no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), espécie de órgão recursal para autuações da Receita Federal, e outra, a suspeita de compra de medidas provisórias do governo federal.

A relação de proximidade do senhor Mauro Marcondes com autoridades, com servidores de alto escalão, faz parte da investigação, e eu na condição de Ministério Público Federal solicitei o compartilhamento dessa delação junto ao Poder Judiciário, afirmou Frederico.

E completou: Esse meu pedido não foi apreciado ainda, mas fato é que com a proximidade do senhor Mauro Marcondes a autoridades, ex-autoridades, ela [a delação] traz sim indícios que podem ser aproveitados pela Operação Zelotes.

Frederico foi convidada para falar aos parlamentares sobre o andamento das investigações e disse que não foi possível ainda esclarecer os pagamentos do lobista Mauro Marcondes a um dos filhos do ex-presidente Lula, Luís Cláudio.

Luís Cláudio e Marcondes sustentam que os contratos foram para desenvolver projetos de marketing esportivo.